



SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho
Coordenação-Geral de Normatização e Programas

ATA DA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO DA PESCA - Anexo I, da NR-30

Data: 06 e 07 de maio de 2014

Local: Sede da FIEPA – Federação das Indústrias do Estado do Pará (Auditório, sala 6) - Belém (PA)

Participantes:

Governo

MTE - Rinaldo Almeida (Coordenador), Hilana Pereira e Brunno Dalossi (Assessores Técnicos); Antônio Farias (SRTE/PA - convidado); Marinha do Brasil - João Carlos Barbosa da Motta (DPC) – Pedro Alberto Braz de Almeida (Assessor Técnico)

Empregadores

Francisco de Paula (SINPESCA/CONEPE), Roberto Kikuo Imai (FIESP), Carlos Alberto do Amaral (Cooperativa de Pesca – convidado_ 91 99054338_ amaral.cepapa@gmail.com)

Trabalhadores

Edgar Ayres da Paixão (FNTTAA); Antônio Moreira da Silva (CONTTMAF),

Foram explanadas as razões de reativação da subcomissão. Foi informada a indicação dos seguintes membros:

Pela bancada governamental:

Rinaldo Gonçalves de Almeida (MTE/SIT) - Coordenador da Subcomissão - E-mail: rinaldo.almeida@mte.gov.br - Tel.: (21) 2263.1438 21 998877585; Assessores Técnicos: AFT Brunno Manfrim Dalossi 48 99278150 brunnomd@gmail.com e AFT Hilana Carvalho Pereira 91 81247703 hilana.pereira@mte.gov.br; João Carlos Barbosa da Motta (DPC) - E-mail: motta@dpc.mar.mil.br 21 21045684; Assessor Técnico: Pedro Alberto Braz Almeida; Antonio Lincol Collucci (FUNDACENTRO) E-mail: antonio.collucci@fundacentro.gov.br.

Pela bancada de empregadores:

Marcus Vinícius Mendes Mugnaini - E-mail: marcos@mugnainiassociados.com.br - Tel.: (47) 3344.6060; Roberto Kikuo Imai - E-mail: sindpesca@gmail.com - Tel.: (13) 3227.5728; Francisco de Paula Baptista Neto - E-mail: chico_baptista@hotmail.com - chico@catfish.com.br 91 99692968

Pela bancada de trabalhadores:

Ivo da Silva - E-mail: luan.ospa@gmail.com / secsaude@fsindical.org.br - Tel.: (48) 3028.1558; Luis Rodrigues Leite Penteado (titular) - E-mail: luispenteado@globo.com; Edgar Ayres da Paixão (suplente) – E-mail: vempaixão@hotmail.com 13 996054788; Manoel Xavier de Maria (titular); Antônio Moreira da Silva (suplente) E-mail: diretorantonio@hotmail.com 11 35535416.

Procedeu-se à análise dos itens de pauta, quais sejam: 1) Plano de Trabalho para 2014, tendo como foco a implementação do anexo I da NR30; 2) Diálogos sobre a Convenção 188, da OIT. 3) Análise do Regimento Interno (PORTARIA DSST/MTE N.º 186, DE 28 DE MAIO DE 2010).

Sobre o Regimento Interno, as bancadas concordaram com a utilização da PORTARIA DSST/MTE N.º 186 como referência de regimento interno da Subcomissão, ficando em aberto a possibilidade de serem aprovados pelos membros itens ou artigos relacionados a pontos nos quais a Portaria se mostra insuficiente ou inadequada.

Sobre o **Plano de Trabalho para 2014** visando implementar o anexo I da NR30, **foram deliberados alguns pontos**, tais como em relação aos futuros encontros. Foi aprovada **proposta de roteiro** para os encontros desta Subcomissão contemplando as seguintes atividades: primeiro dia – visita técnica em um turno e diálogo com a comunidade local num segundo turno; segundo dia - reunião exclusiva para membros da comissão e seus assessores técnicos.

Fixou-se que, em cada reunião, mediante aviso de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência, cada bancada poderá indicar até 2 assessores técnicos. A indicação de um número maior de assessores técnicos por bancada poderá ser analisada mediante solicitação justificada. Foi levantada questão sobre a participação de representantes do setor pesqueiro de médio porte (embarcações de 12 a 20 metros de comprimento), uma vez que nestas embarcações têm sido observadas as piores condições de trabalho. Enfatizou-se a importância em se convidar representantes destas embarcações para os encontros abertos que subsidiam os trabalhos da Subcomissão.

Como proposta, a **Meta 1** do Plano de Trabalho em elaboração poderia ser **dar visibilidade ao anexo I da NR30**. Para tanto, foram propostas diversas ações, tais como:

Convidar o representante do MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura, Sr Mutsuo Asano Filho para participar de nossa próxima reunião, de forma a aproximar as ações da Subcomissão com as diversas iniciativas daquele Ministério. Tal alinhamento se justifica não somente para a melhor compreensão pelo MPA do anexo I da NR30, mas também pelo empenho do MTE no combate à pesca ilegal, uma das prioridades do MPA;

Verificar junto aos órgãos competentes, maneiras de se **envolver estaleiros especializados na construção de barcos de pesca** a conhecerem melhor os itens previstos no anexo I da NR30 e a observarem suas exigências no momento em que novos barcos de pesca são construídos, em especial para embarcações entre 12 e 20 metros de comprimento. No caso do Pará indicou-se a FIEPA e a SEPAQ como entidades a serem envolvidas neste esforço a nível local.

Divulgar os esforços desta Subcomissão ao **CONAPE – Conselho Nacional da Pesca** no que diz respeito à implementação desta norma legal do MTE. Os representantes da bancada patronal ficaram de propor a este importante órgão um contato mais próximo com esta Subcomissão e eventual convite ao seu Coordenador para explicar ao Conselho os principais objetivos desta Subcomissão, assim como iniciativas da Inspeção do Trabalho relacionadas à atividade pesqueira.

Como proposta, a **Meta 2** de nosso Plano de Ações poderia ser a **compreensão em detalhes de todos os itens do Anexo I da NR30**. Ainda no primeiro dia, sobre este ponto foram abordados itens diversos da Norma, tais como: 1) responsabilidades do armador; 2) problemas em relação ao conceito da pesca artesanal; 3) realização de exames específicos e ações preventivas para detecção de doenças (câncer, dependência química, perda de visão, perda auditiva, desgastes físicos, etc); 4) conflitos eventualmente existentes entre o anexo I da NR30 e legislação relacionada à Marinha, tais como Norman 1 (item 3, “m” e “l”) e Norman 2 (item 3, “m”).

Sobre o último ponto foi feita proposta de que os representantes da Marinha nesta Subcomissão apresentem no próximo encontro uma pequena **palestra sobre a legislação marítima**, o que foi aceito pelo representante da DPC.

Como proposta, a **Meta 3** de nosso Plano de Ações poderia ser a **compreensão dos dispositivos presentes na Convenção 188 da OIT** – Organização Internacional do Trabalho e o acompanhamento da tramitação de sua ratificação pelo Congresso Nacional. Este processo encontra-se em andamento no âmbito do governo, estando o processo na Casa Civil. Seu conteúdo ficou de ser aprofundado, de forma a esclarecer se esta norma internacional traz novas obrigações aos empregadores. Como ação proposta ficou aprovada uma **análise sobre suas diferenças em relação aos itens do Anexo I, da NR-30**.

Como proposta, a **Meta 4** do nosso Plano poderia ser a **elaboração de Guia Técnico** mencionado no item 7.1, do Anexo, da NR-30 pelos membros desta comissão. Como ação inicial ficou aprovado a realização de um trabalho de **sensibilização junto a Fundacentro** para que ela participe desta Subcomissão e colabore nas discussões, em particular na elaboração coletiva deste importante documento.

Reiniciados os trabalhos, na manhã do dia 07/05/2014, foram dados esclarecimentos acerca do que a Inspeção do Trabalho tem considerado como condição de **trabalho decente para a pesca**. Foi explicado o longo processo de debate entre auditores fiscais do trabalho especializados na pesca realizado durante o ano de 2012 que culminou com um encontro de duas semanas com especialista do governo espanhol. Ao final desta discussão, considerou-se como problemas prioritários a serem combatidos por todas as nossas ações fiscais os seguintes itens: **alimentação e água potável suficiente, sanitário em condições de uso, EPI e exaustão na casa de máquinas, instalação elétrica segura, proteção de partes móveis, compartimento específico para víveres**.

Em seguida, decidiu-se proceder à **leitura comentada da Norma Regulamentadora 30 anexo I** como ação imediata para alcançar a Meta 2 de nosso Plano de Trabalho. Mantendo-se a premissa de que esta Subcomissão não pretende alterar o anexo I da NR 30, mas sim implementá-lo, os membros concordaram que seria oportuno listar possíveis melhorias no texto de forma a manter registradas em nossos arquivos tais contribuições.

Passado à leitura, no item 1.2, foi questionado o trecho da norma que dispõe “Este Anexo aplica-se a todos os pescadores profissionais”. Como proposto de melhoria foi **sugerida a exclusão do termo “pescadores profissionais”**, ficando o texto da seguinte forma: “Este Anexo aplica-se a todos os barcos de pesca de comprimento total igual ou superior a 12,0 m ou Arqueação Bruta igual ou superior a 10 que se dediquem a operações de pesca comercial e industrial, salvo disposições em contrário.”.

Sugeriu-se, ainda, a retirada do termo “de bandeira brasileira”, do item 2.1.1, para fazer constar o seguinte texto: “Barco de pesca, para os fins deste Anexo, é toda embarcação utilizada para fins comerciais ou industriais que exerça atividade de captura, conservação, beneficiamento, transformação ou industrialização de seres vivos que têm na água o seu meio natural.

O item 4.1 foi analisado juntamente com o item 2.2, sendo informado pela Marinha que novos Planos de Construção devem ser apresentados em reformas de acordo com os itens 301, “a”, das NORMAM’s 01 e 02. A bancada de empregadores solicitou o aprofundamento dos estudos **do que se considerará como conceito de barcos novos, para aplicação do apêndice 1, do anexo 1, da NR-30, a partir de reformas importantes na embarcação**.

Durante a análise do item 4.4, foi sugerida, pela bancada de empregadores, **abordagem da NR 12 voltada para a pesca a ser proferida pelo MTE para a próxima reunião**. Ficou definido, também, que o representante da FIEPA, nesta comissão, verificará junto ao SESI local, a possibilidade de realização de **estudos específicos para proteção de guinchos utilizados na atividade pesqueira**.

A partir de debate acerca de quais seriam os EPIs – Equipamentos de Proteção Individual adequados aos riscos identificados nas embarcações de pesca, foi informado que isto certamente poderia variar de acordo com a região do país onde tal atividade é exercida, assim como o tipo de pesca a ser realizada.

Foi enfatizada a importância da elaboração e da implementação de **Programas de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho**. A análise a ser feita pelo profissional responsável será fundamental tanto no levantamento dos riscos envolvidos, como na indicação dos EPIs e EPC's – Equipamentos de Proteção Coletiva necessários para redução dos riscos. Foi sugerido de toda forma um levantamento dos EPI's utilizados em cada região do país.

Com base em acidentes observados na atividade pesqueira, foram preliminarmente elencados alguns **itens que vem oferecendo riscos à saúde e à segurança no trabalho**, tais como: manutenção de cabos de aço, cabos de nylon, manuseio do pescado (grande porte), retirada da rede (pequeno porte), manutenção de roldanas e moitões. Foram ainda elencadas preliminarmente algumas **medidas protetivas**, tais como a realização de ações de desratizações, dedetização, vacina antitetânica.

Foi ressaltada a importância de evento “Congresso Nacional de Saúde e Segurança do Trabalho Portuário e Aquaviário” a ser realizado em Itajaí/SC, de 13 a 16 de outubro de 2014, sendo a pesca um dos temas abordados.

O convidado Carlos Alberto do Amaral, representante da CEPAPA - Cooperativa de Pesca do Pará com importante atuação no Mercado do Ver o Peso fez uma sugestão no sentido de que **somente deveria se permitir a lavratura pela Capitania dos Portos do TIE – Título de Inscrição da Embarcação mediante apresentação da Permissão Prévia de Pesca**, emitida pelo MPA. Sugeriu ainda que esta Subcomissão deveria verificar possibilidade de se viabilizar **linhas de financiamento governamental para aquisição de novas embarcações de pesca, em especial para embarcações de porte intermediário**, de comprimento entre 12 e 20 metros (10 a 20AB). O representante da FIEPA concordou com a última ponderação e ficou de buscar novas articulações neste sentido.

Nada mais a declarar, os membros presentes concordaram em marcar preliminarmente os dias **19 e 20/08/2014 para a realização do próximo encontro no estado de Santa Catarina..** Em anexo lista de presenças.

Rinaldo Gonçalves de Almeida
Coordenador

Siglário

CONEPE - Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura

CONTTMAF – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Aéreos, na Pesca e nos Portos

CORITPA – Coordenação Regional de Inspeção do Trabalho Portuário e Aquaviário

DPC – Diretoria de Portos e Costas

FNTTAA – Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

SINPESCA - Sindicato das Indústrias de Pesca e das Empresas Armadoras e Produtoras, Proprietárias de Embarcações de Pesca Industrial do Estado do Pará

SRTE – Superintendência Regional do Trabalho e Emprego